

# Olhar o passado onde ele (não) está: Araújo Porto-Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal

Looking at the past where it is (not): Araujo Porto-Alegre and the history of Brazil as seen from Portugal

---

## Helena Mollo

hmollo@bol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

---

## Resumo

O presente artigo visa contribuir com as discussões sobre a historiografia da segunda metade do oitocentos no Brasil, e como as descobertas de campos do conhecimento, como a geologia e arqueologia, dinamizam a escrita da história. A chamada primeira geração romântica teve como desafio a organização de um novo espaço, e, diante da reorganização de vários campos de saber que tocavam o passado, viu-se a trabalhar com a história ombreando outros campos. No manuscrito intitulado *História do Brasil*, Manoel de Araújo Porto-Alegre anuncia uma 'tradição partida' que significava escrever sobre momentos mais distantes do que à primeira vista pareciam ser. Neste texto, objetiva-se compreender como a noção de passado longínquo utilizada por Porto-Alegre passa a ser uma noção válida para a constituição dos fatos históricos.

213

## Palavras-chaves

Historiografia brasileira; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Temporalidades.

## Abstract

This article aims to contribute to the scholarship on Brazilian historiography in the second half of 19<sup>th</sup> Century, more specifically to the issue of how discoveries in fields such as geology and archeology influenced historical writing in the period. The so-called first generation of Romanticism took as its challenge the organization of a new notion of space and the reorganization of various fields of knowledge related to the past. In a manuscript entitled *History of Brazil*, Manoel de Araújo Porto-Alegre speaks of a 'broken tradition', in order to point to the possibility of writing about moments that remain farther in time as appear to be at first. My aim is to understand how Porto-Alegre's notion of a distant past can turn into a valid notion for the constitution of historical facts.

## Keywords

Brazilian historiography; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Temporalities.

---

Recebido em: 8/10/2012

Aprovado em: 5/4/2013

O historiador do Brasil que ancorar-se nos fatos oficiais, nas lutas materiais, será o escritor da crosta efêmera de um ramo da humanidade europeia, e deixará no escuro o cerne, a verdadeira história, a de colônia, do reino e do império.

Sem um estudo sério sobre Portugal e os portugueses, não é possível alcançar-se este fim, tanto mais que o passado é um abismo tão intrincado que por mais luz que lhe introduza, ficarão sempre nele algumas trevas (PORTO-ALEGRE s/d).

Manoel de Araújo Porto-Alegre anuncia o desafio do historiador no oitocentos: olhar o tempo e distinguir nele os espaços onde possam ser pensadas as ações humanas e assim reconstruir espaços e personagens, colocando-os à vista, em uma espécie de subversão, para que a verdade dos fatos seja a condução para novos momentos. As escolhas feitas e as opções em vista para tratar o tempo e sua experiência através da história são o objetivo desse trabalho. Não é objeto deste artigo analisar as obras pictóricas ou a produção literária do autor, mas nos concentrar na análise de um escrito seu, intitulado *História do Brasil*.

Não se sabe ao certo quando ou onde Manoel de Araujo Porto-Alegre escreveu esse apontamento especificamente. Sabe-se, porém, que não é o único dedicado às questões entre Brasil e Portugal e seus caminhos após 1822. Porto-Alegre, nas últimas décadas de sua vida, atuou como diplomata, tendo falecido em Portugal, palco de sua mais longa atuação, como cônsul geral do Brasil em Lisboa.

214

Vários artigos e outros escritos refletem sobre o tema, direta ou indiretamente, a partir de pontos como a história da arte ou a economia do Brasil e o fim da escravidão, substituída pelo trabalho livre dos imigrantes. A nação que necessitava ser construída demandava mais que novos espaços institucionais, e o começo a ser organizado transbordava para a narrativa da experiência no tempo. A cronologia proposta por Porto-Alegre – colônia, reino e império – anuncia elementos de um programa a ser seguido, que teria de lidar com a organização de uma quebra e afastamento em relação a um passado único e traduzir inúmeros pontos para um vocabulário pátrio, indicando suas possibilidades futuras.

Em *O Brasil nas letras de um pintor*, Letícia Squeff vê Araújo Porto-Alegre como um personagem da Ilustração, mas com laivos da sensibilidade romântica (SQUEFF 2004). Contudo, quando se olham as formas que a história assume no oitocentos, os aspectos da ilustração e do romantismo não se revelam necessariamente antagônicos, formando uma realidade singular, o que Temístocles Cezar denominou de “uma rede de noções difusas que precisam ser regradas, incorporadas ou negadas pelo discurso sobre a história” (CEZAR 2004, p. 45). No manuscrito *História do Brasil* estão presentes preocupações que vão de questões epistemológicas, como o que vem a ser o historiador e como ele deve realizar a construção de um conhecimento sobre as ações humanas no tempo, a uma proposta para o passado da nova nação. A forma de escrever essas ações tomou vários caminhos que se entrecruzaram e tomaram rumos que foram da pintura histórica à escrita de dramas e poemas épicos.

Percebe-se, na historiografia recente, quando a complexa identidade do Brasil no oitocentos é objeto da investigação historiográfica e a geração de Porto-Alegre é tematizada, que as discussões se encaminham para a construção de novos espaços: o primeiro, o da comunidade que se forma, e o segundo, concomitante, um passado que até há pouco a englobava. Os espaços se partem; da mesma forma a identidade. Dois textos, um da historiografia portuguesa e outro da brasileira ilustram de forma bastante rica o problema das “novas espacializações políticas e sentimentais”. Para Fernando Catroga:

Será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Compreende-se. É que, se estas implicam a partilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória coletiva), é indiscutível que sua pedra de toque se situa na ancestralidade [...] Se a narrativa que liga essas características pontualiza a temporalização da idéia de pátria, surge como lógico que ela igualmente organize as apropriações afetivas do *espaço*, trabalho projetivo através do qual o *território*, ou, como se dirá a partir de Montesquieu, o *meio*, será reconhecido como paisagem [...] Neste horizonte, entende-se que a geografia dos afetos pátrios não seja tanto a traçada pelo determinismo físico, ou pelo império das fronteiras gizadas pelo poder político, mas a cartografada pela interiorização dos sentimentos de pertença (CATROGA 2011, p. 14).

Maria Odila da Silva Dias, em “Aspectos da Ilustração no Brasil”, texto já clássico da historiografia brasileira, mapeia brasileiros formados nos centros europeus e que realizaram, em sua terra natal, uma série de trabalhos voltados para o estabelecimento de uma ‘cultura brasileira’ (DIAS 1968). A autora destaca uma parte “empírica e objetiva” na formação dos brasileiros na Europa, em detrimento do cosmopolitismo e do universalismo, temas mais frequentes na historiografia. As escolhas quanto à formação feitas por esse grupo de brasileiros são um importante dado para a autora, por levar a um outro: o momento de organização da ciência e seu objetivo. Estava nas mãos dos cientistas, a partir do século 18, a construção da “felicidade dos homens, com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e proveito da sociedade” (DIAS 1968, p. 106). A partir dos dados apresentados, dos 568 estudantes de Direito em um universo de 866 brasileiros que se formaram em Coimbra, cerca da metade voltou-se para a prática científica. A volta dos brasileiros à terra natal deflagrou, então, um processo lento mas contínuo de construção de um novo território, muitas vezes simbolizado contrariamente a Portugal, como cita a própria autora, a respeito da prática do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Quanto à preferência dos brasileiros em Coimbra pelas ciências:

Diversos fatores de condicionamento histórico, próprios de seu tempo, explicam essa preferência e, muito em particular, a tendência pragmática de suas mentalidades. “O grau de aplicação de uma ciência,” – escrevia o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1783, – “mede-se pela sua utilidade”. Voltava nessa época o conhecido zoólogo, mineralogista e etnógrafo, que comandou a primeira expedição científica a vir explorar o

sertão brasileiro, de 1786 a 1792, [...] retornando [...] com uma coleção enorme e preciosa de *specimens* da flora e da fauna brasileiras – contra o amadorismo antieconômico e a moda então corrente em Lisboa, de colecionar conchas (DIAS 1968, p. 107-108).

Apesar do artigo de Maria Odila Dias ter se tornado um clássico, a historiografia vem recolocando o problema do papel da ciência e da administração colonial, relativizando o caráter antieconômico e amador que Portugal possuiria. O quadro da ciência iluminista e seu aspecto prático é bastante amplo e o império português, desde o século XVI, ocupou um papel importante no que tange à aclimação de espécies, e, a partir do século XVIII, esteve engajado em um processo de transformação do próprio Iluminismo, que lançou as viagens de inquérito, com o intuito de qualificar a exploração da natureza das colônias (KURY 2004).

A longa tradição de viagens para formação, contudo, não deixou de existir e o fluxo para Coimbra continuou após a Independência. Gonçalves Dias, por exemplo, membro do Instituto Histórico a partir de 1847, amigo de Porto-Alegre, formara-se na renomada universidade. Andréa Camila de Faria, em seu trabalho sobre o literato maranhense, apresenta um panorama interessante de interpretações que a historiografia brasileira das últimas décadas vem produzindo quanto à possibilidade de ver o Brasil, mesmo em situação de colônia, em uma pálida unidade. A condição de Reino traria, a partir da descentralização, unida a essa pálida unidade, uma nova configuração do espaço político e administrativo, em que os projetos de emancipação tomaram vigor (FARIA 2009). A complexa relação com o passado que se identifica na produção historiográfica do Instituto torna a aparentemente simples cronologia proposta por Porto-Alegre um intrincado jogo da expressão do tempo. Cabe ao historiador do oitocentos constituir, a partir da crítica, os fatos e garantir sua veracidade.

216

### **As memórias que tecem os espaços**

Nas duas últimas décadas, a história da historiografia no Brasil vem construindo um repertório de questões norteadoras para a análise das noções de história manejadas no oitocentos. Destaco, entre a crescente bibliografia produzida para avaliar como Porto-Alegre trata o tempo passado do Brasil em relação a Portugal após a Independência, a princípio, duas importantes contribuições: a de Lucia Maria Paschoal Guimarães e a de Temístocles Cezar, em trabalhos publicados com espaço de cerca de uma década de diferença entre eles. Os dois autores tratam da relação entre passado e presente nas narrativas históricas produzidas pelo IHGB e veem como o distanciamento no tempo apresenta-se como escolha política e também teórico-metodológica.

Em sua já clássica tese, Lucia Maria Paschoal Guimarães afirma que, para os membros do IHGB, o passado era mais acentuadamente definido pela construção de uma memória do que, propriamente, de uma história, devido às escolhas sobre os assuntos relativos à colônia em detrimento de uma aproximação maior em relação ao presente (GUIMARÃES 1995). A publicação de documentos era

muito mais significativa que a apresentação de dissertações, apesar de todo incentivo, inclusive do Imperador, a essa prática. Nos dados apresentados em sua tese, os documentos – contemporâneos e não contemporâneos<sup>1</sup> – somavam 346, na primeira década do Instituto (1839-1849), enquanto os trabalhos de cunho historiográfico, 31.<sup>2</sup>

Temístocles Cezar, em artigo publicado em 2004 no livro *Linguagem, escrita, objetos*, vê essa característica da agremiação como escolhas políticas e teórico-metodológicas (CEZAR 2004, p. 55). Apesar de difícil a aproximação com o presente, devido aos acontecimentos da Independência, havia aí a escolha de narrar o passado pela falta de objetividade que o presente necessariamente provocaria. Na leitura que faz das contribuições dos sócios à *Revista*, o autor se contrapõe à afirmação de Guimarães sobre a relação entre a produção de memória e história no Instituto. Para ele:

[...] de acordo com esta historiadora, o fato de os membros do IHGB dedicarem-se, em princípio, somente à história colonial do Brasil, e quase nada à história do tempo presente, significaria que eles teriam fechado as portas da instituição à história, para, em contrapartida, privilegiarem a construção de uma certa memória do império (CEZAR 2004, p. 55).

E acrescenta:

[...] não há nenhuma dúvida que o IHGB produziu uma memória nacional, mas eu não estou certo que esta opção implique necessariamente o *abandono da história*. Ao contrário, parece-me que fazer história quase que exclusivamente colonial e, inversamente, não fazer a história contemporânea é uma escolha certamente política mas também epistemológica (CEZAR 2004, p. 55, grifos no original).

217

O autor propõe que se indague “quando a idéia moderna de história se funda no Brasil, e como ela se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, seu objeto principal ao longo do século 19” (CEZAR 2004, p. 55). Diante do exposto na citação com que se inicia esse artigo, pode-se inferir que o manuscrito *História do Brasil* esteja entre as contribuições de uma historiografia já descolada de um tempo contínuo e inserida em um amplo processo de temporalização, por isso identificada com a necessidade do estudo das transformações, de civilizações e instituições (KOSELLECK 2006). Deve-se, contudo, seguir para a próxima indagação, a partir do manuscrito de Porto-Alegre: como a experiência do tempo, nessa narrativa historiográfica, passa a dar conta de um passado tão longínquo que seu conhecimento transborda das fronteiras históricas traçadas até então?

<sup>1</sup> Segundo a autora, “entre 1839 e 1889, o Instituto publicou um total de 1053 documentos, sendo 528 contemporâneos e 525 não contemporâneos. Números equilibrados”. E “para efeito de classificação, denominamos de *contemporâneos* os documentos produzidos no espaço de tempo que se estendeu desde a criação do Instituto Histórico até 1889. Os demais, com data anterior a 1838, apesar da redundância de nomenclatura, foram arrolados, a princípio, com rubrica de *não contemporâneos*” (GUIMARÃES 1995, p. 509-508, grifos no original).

<sup>2</sup> Entre as contribuições historiográficas, Lucia Paschoal Guimarães propõe as seguintes: “críticas de textos, juízos e pareceres, memórias históricas, miscelâneas, programas históricos” (GUIMARÃES 1995, p. 513, 517).

Na segunda metade do oitocentos, a transformação da narrativa historiográfica passa por mobilizar elementos de diferentes programas de investigação, oscilando entre as formas do que Lucia Guimarães chamou de produção de memória e o que Temístocles Cezar apontou como as escolhas teórico-metodológicas no afastamento do presente e aproximação de inúmeros objetos relativos ao passado. A memória, por vezes, subtrai a força da narrativa historiográfica, produzindo uma extensa rede de fatos.

No Instituto Histórico, a escrita das experiências do passado passava pela eleição de determinados temas, refletidos nos programas históricos. Fabiana Dias de Lima, em sua dissertação de mestrado, analisa os temas desenvolvidos pelos sócios da agremiação – os *programas históricos* – ao longo de quase duas décadas. Nas primeiras sessões do Instituto, segundo a autora, fazia parte do expediente a proposição de questões que seriam submetidas aos sócios e “destinadas a formar um arcabouço documental, para a escrita da história do Brasil, como dispunham os estatutos da casa” (DIAS 2009, p. 39). Após aprovação, os programas iriam para uma urna, e, posteriormente, sorteados. Esperava-se que um dos sócios escolhesse o ponto sorteado e se apresentasse para desenvolvê-lo em uma dissertação, que, finalizada, passaria pelo crivo de outros sócios antes de sua leitura pública. Esses trabalhos poderiam ser enviados para publicação na *Revista* do Instituto, caso aprovados pelas comissões de História e Geografia.

218

A prática da proposição de pontos revelou-se, de certa forma, frágil e a inconstância de desenvolvimento de dissertações preocupava os presidentes, sucessivamente. A autora atribui essa inconstância, entre outros motivos, à consolidação do método historiográfico. Contudo, deve-se salientar um ponto específico, que entendemos como um fator que contribuiu para uma importante transformação no que tange à construção do campo da história no oitocentos brasileiro. Em 1847, a expansão do Instituto, a partir da formação das comissões de arqueologia e etnografia agitou um pouco mais a prática acadêmica, e, de acordo com Fabiana Dias de Lima, Araújo Porto-Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Souza e Silva defendiam a seção de Arqueologia e Etnografia pela urgência e conformidade com a “civilização atual”, além de acreditarem que o Instituto se alçaria ao lugar de “referência científica no panorama americano” (DIAS 2009, p. 43). Mais ao fim da década, o próprio Imperador tentava incentivar a prática, mas, o que parecia uma tendência, revelou-se realidade.

É interessante a análise realizada pela autora dos dezoito anos em que vigorou, com altos e baixos, a proposição de programas históricos. Ao fim desse período:

*Os programas históricos* deixaram de ser uma rotina a partir do instante em que foram substituídos pela apresentação de trabalhos escolhidos pelos respectivos autores. O esvaziamento progressivo dessa prática, na década de 1850, de um modo geral, principia com o desaparecimento da geração ilustrada que fundou o IHGB, e coincide com o momento em que o Estado monárquico já se mostrava consolidado, sobretudo, após o advento do ministério da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná. A par disso, nessa mesma época, o campo disciplinar da História já se mostrava consistente, com critérios metodológicos bem fixados. Tais constatações sugerem que os *programas históricos* teriam deixado

de existir porque perderam o sentido e a utilidade de elucubrar sobre os problemas que afligiam o Estado em construção (DIAS 2009, p. 50, grifos no original).

A criação da seção de arqueologia e etnografia informa mais que um desdobramento ou uma adição de temas ao programa mais amplo da agremiação carioca, ou mesmo uma solução para a falta de dissertações. Trata-se sobretudo de uma transformação no que tange à ideia de tempo. O passado que se torna extremamente longínquo transborda, a princípio, dos mecanismos explicativos em voga e dá lugar a uma transformação epistemológica no horizonte historiográfico. Torna-se terreno de questionamentos mais incisivos da parte dos letrados do Instituto. A genealogia torna-se uma tessitura mais complexa com os novos elementos que a compõem.

### **O passado cada vez mais distante**

Talvez Porto-Alegre tenha sido um dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mais afeito às palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa: “será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros que honraram a pátria” (BARBOSA 1838, p. 14). Para além de sua trajetória na Academia Imperial de Belas Artes, a Aiba, assumiu vários projetos de reforma urbanística, preparou, juntamente com Paulo Barbosa da Silva, a coroação de Pedro II, além de serem seus o projeto e a execução da varanda em que se deu o ritual. No mundo das letras, o autor foi também bastante prolífico, tendo, inclusive, escrito um poema épico, o *Colombo*. Durante catorze anos, foi o orador do Instituto Histórico e, além dos discursos nas sessões aniversárias da agremiação, fazia o elogio fúnebre dos sócios falecidos. Uma das seções mais fortes da *Revista*, a biográfica, mostra-se um manancial de expressões de tempo, onde se tece relações entre a memória, o passado, o presente e a construção da tradição. Os critérios que a história começa a manejar permitem que se pense nos subterrâneos, inclusive, das biografias (MEDEIROS 2007; OLIVEIRA 2009).

Maria da Glória de Oliveira lembra que, na metade do oitocentos, a biografia deixava de ser “gênero nobre” da escrita da história e faz um registro interessante dessa mudança, a partir das seguintes palavras do inglês Henry Buckle: “que a história não deveria ser escrita por ‘biógrafos, genealogistas e colecionadores de anedotas, cronistas de corte, esses bons divulgadores de mundanidades’” (OLIVEIRA 2009, p. 11). A história mestra da vida, que aparece nas biografias, é uma forma incidental, segundo a autora da tese *Escrever vidas, narrar a história* (OLIVEIRA 2009, p. 11). Alguns programas, segundo Oliveira, vão em sentido contrário às histórias de vida, e apresenta dois exemplos. O primeiro é a proposta de programa apresentada por Rodrigo de Souza Pontes, em 1840. O sócio acreditava que, entre os objetivos da instituição, estaria o de organizar expedições científicas para reunir materiais que interessassem à história e geografia do Brasil. O segundo seria a monografia de Von Martius, que também se afastava de um projeto de fixação de nomes e feitos, para dar lugar

à organização da unidade em seus mais variados caracteres, entre eles – e o mais forte – a criação de um laço orgânico dos habitantes do território à nação.

Conhecer as ações dos brasileiros no momento em que os espaços se confundiam para dar sentido ao porvir era, para a geração de Porto-Alegre, sobretudo uma vigorosa ação sobre o tempo, visto que “as verdades que foram para a sepultura no coração dos mortos, e os segredos que estes levaram são como que coisas perdidas e difíceis de achar-lhes a pista, e quando se acha, será ainda de difícil reconstrução” (PORTO-ALEGRE s/d). Salvar essas ações do esquecimento, tal qual o preceito herodotiano, era a tarefa da qual os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se incumbiram. Contudo, esse resgate deveria ser feito através da

[...] crítica severa e conscienciosa, a que treme de caluniar um morto tanto quanto um vivo, pode, pelos processos da análise de todos os fatos conjuntos e do caráter moral dos homens de uma época, fazer aquilo a que tem chegado os arqueólogos, e nada mais; porém da verdade à reconstrução irá sempre aquela diferença que encontraríamos entre as pinturas dos paleontologistas e os verdadeiros e animados seres do mundo primitivo. Se delimitarmos o caráter de um vulto histórico pelos seus atos exteriores, é pintarmos uma nação pelos do seu governo (PORTO-ALEGRE s/d).

220

Assim, a arqueologia como emblema das ações perdidas em tempo longuíssimo é uma realidade investigativa que será absorvida pelos membros do Instituto. Pode-se dizer que, nos programas de investigação da história em vigor no oitocentos, o passado difícil de ser perscrutado pela quase inexistência de vestígios ou, quando existentes, no estranhamento de seu exotismo, entra para a agenda de registro do tempo e imprime novas tintas à narrativa historiográfica, passando a exercer um forte papel de metaforização para a história.

A impressionante semelhança entre as ideias e textos de Porto-Alegre, citados acima, e do primeiro secretário, José Ribeiro Souza Pontes, em 1879, revela uma dinâmica bastante complexa de cruzamento de discursos, citações e interpretações sobre a história e o tempo. Sobre a importância da etnografia e da arqueologia para a construção da história, o secretário afirma que “o encontro de restos de um ser desconhecido, aparentemente insignificantes, achados somente depois de longo tempo e muito trabalho despendidos, justifica os resultados a que se chega” (OLIVEIRA 2009, p. 20). A pluralidade de passados passará a invadir as noções de história do Instituto.

Porto-Alegre indica no *História do Brasil* que o tempo profundo, como ferramenta para pensar a forma mais radical de genealogia, é o que talvez permitirá o conhecimento da história em suas várias camadas. Em especial, para o autor, esses fatos superficiais se referem à narrativa oficial das ações políticas. Afirma:

A antítese que se observa no caráter do governo e povo da França e da Inglaterra inspira dificuldades, pois é sabido e patente que a nação francesa é mais generosa que o francês, assim como o inglês menos egoísta do que seu governo.

Os que estudarem com atenção desprevenida o passado de Portugal, verão que mui poucas modificações há operado o tempo naquele país. Os provérbios aí estão assim como as máximas para atestarem que a casaca não mudou o homem do pelote,<sup>3</sup> e muito menos o chapéu a cabeça do descendente daquele que trouxe o gorro da Idade Média ou o barrete da Renascença. Felizmente para o historiador brasileiro, Portugal oferece alguma vantagem na sua idade como nação e no seu tamanho como território. Sete séculos e noventa léguas (PORTO-ALEGRE s/d).

Reinhart Koselleck, ao tratar da desnaturalização que caracteriza os tempos históricos e a formação de uma história absoluta, assevera que os acontecimentos anteriores ao processo de aceleração do tempo do setecentos não poderiam, logicamente, “empalidecer em pré-história” e propõe que se pense em estruturas temporais que “possam eventualmente ser próprias tanto à história no singular como às histórias no plural” (KOSELLECK 2006, p. 119). A importância da proposição das estruturas temporais, para o autor, é a possibilidade de “formulação de questões especificamente históricas [...] sem que tenha necessariamente como limite a experiência semântica da história absoluta, instituída por volta de 1780” (KOSELLECK 2006, p. 120-121).

O minucioso exame que Koselleck faz da experiência do tempo e sua compreensão fora do processo de modernização é interessante como forma de leitura de algumas características presentes no jogo de tempo percebido na escrita de Porto-Alegre e partilhado por grande parte do Instituto Histórico, na elaboração de uma “temporalidade nacional” (TURIN 2011, p. 186). Para esses letrados, os acontecimentos se encontram enredados no passado e a construção do historiador será imprimir-lhes sentido, a partir da “crítica conscienciosa”, mais do que simplesmente colocá-los em sequência. O mosaico que se apresenta parte de dois momentos emblemáticos: Portugal e o (novo) Brasil, a partir de 1822, e um outro, o do Reino, anterior a 22, em que os feitos de brasileiros não têm relevo devido à estrutura de dominação, mas reaparecem no futuro e dão sentido à separação, formando, ainda, uma tradição para o Brasil antes mesmo dele existir. A comunidade imaginada, para usar a expressão de Benedict Anderson (ANDERSON 2008), teve, em retrospectiva, uma longuíssima gestação. A simultaneidade da não-simultaneidade, proposta por Koselleck, auxilia a leitura e compreensão de como Porto-Alegre maneja a dinâmica do tempo: a partir de todas as relações entre o tempo imemorial, o processo da vida política e a criação da autonomia entre os dois espaços, Brasil e Portugal, passo fundamental para o futuro.

221

Dada uma mesma cronologia do tempo natural, pode-se falar de diferentes níveis de transcurtos históricos. Nessa fissura temporal podem estar contidas diferentes camadas de tempo, as quais, dependendo do agente histórico ou das situações investigadas, são dotadas de diferentes períodos de duração e poderiam ser medidas umas em relação às outras. Da mesma forma, o conceito de simultaneidade da não-simultaneidade contém diferentes extensões temporais que aludem à estrutura prognóstica

<sup>3</sup> Pelote: segundo o dicionário Houaiss, pelote é uma “antiga espécie de casaco masculino sem mangas, usado por baixo do tabardo” (Verbete pelote, *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* 2009).

do tempo histórico, pois cada prognóstico antecipa acontecimentos que lá se encontram dispostos no presente mas ainda não se realizaram (KOSELLECK 2006, p. 121-122).

O historiador alemão, quando discute a diferença entre categorias temporais e categorias históricas, indica uma característica fundamental de instrumentalização do tempo que nos auxilia na compreensão do tempo profundo manejado por parte da historiografia oitocentista no Brasil. Afirma o autor: “existem lapsos de tempo durante o qual o sol parece ‘ficar parado’ [...] isto é, períodos que cobrem decursos de ação intersubjetiva, quando o tempo natural parece estar desativado” (KOSELLECK 2006, p. 122).

Na mobilização que se percebe no Instituto Histórico e entre seus sócios, como aqui se exemplificou, e principalmente no manuscrito de Porto-Alegre, vê-se uma acentuada ativação do tempo natural interferindo, mas não se percebe um apagamento do tempo histórico; ao contrário, constitui-se uma ferramenta importante para o surgimento de categorias históricas que dessem conta de processos em um tempo acentuadamente mais recuado, o imemorial.

O interessante estudo de Paulo H. Martinez sobre as coleções de paleontologia no Brasil traz uma leitura das *Memórias científicas* do naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund. No artigo, é analisado o papel que os objetos naturais possuem como um “posto de observação” para olhar o passado e também como podem ser colocados em “processo político mais amplo e dilatado no tempo e no espaço” (MARTINEZ 2012). Na perscrutação do passado cada vez mais longínquo, os objetos naturais movimentaram homens de ciência em direção a lugares desconhecidos, como as altas montanhas, exploradas partir do século XVIII. Segundo o autor, os objetos naturais tratados por Peter Lund, além de evocarem épocas perdidas, determinavam uma nova linguagem para apreender o totalmente extinto. As rupturas e continuidades seriam o que uniria a paleontologia ao mundo da política. Para P. H. Martinez:

As distintas eras geológicas que abrigaram homens e animais, assemelhados aos seus contemporâneos, permitiram um canal de comunicação entre o passado e o futuro. Assim como Herder [...], no século XVIII, Lund chegou ao homem pelo interesse na natureza. Sociedade e natureza passarão a caminhar juntas, enfeixadas em um mesmo processo de desenvolvimento, o de um mundo em mutação (MARTINEZ 2012, p. 1160).

Finalmente, trazendo de volta a cronologia proposta por Porto-Alegre no início do manuscrito, bem como a relação entre o passado do Brasil em relação a Portugal, a colônia, o reino e o império não podem ser vistos alheios à concepção moderna de história, mas como uma espécie de desenho do tempo, em todas as suas possibilidades. A ferramenta do tempo profundo realiza uma espécie de reorganização das origens da nação, e, de certa forma, reinventa Portugal como passado para o Brasil. Definindo – ou redefinindo – sua trajetória no tempo, a partir do Infante d. Henrique, “autor das primeiras conquistas” (PORTO-ALEGRE s/d), Porto-Alegre evoca Alexandre Herculano, que viu um período extenso da história portuguesa como “um cemitério de podridão e lantejoulas” (PORTO-

-ALEGRE s/d), referindo-se à união da conquista com a religião, ou, como sintetiza Porto-Alegre, “o consórcio da cruz e do balcão” (PORTO-ALEGRE s/d).

Nessa aproximação com Alexandre Herculano, pode-se pensar em uma ‘forma romântica’ de olhar presente e passado e o lugar de cada um deles na experiência de tempo no oitocentos. Para Fernando Catroga, “o romantismo, e, neste particular, o romantismo português, pôs em ação uma espécie de hermenêutica espontânea, ao sublinhar que a valorização do passado só seria socialmente útil se fosse mediada pelas preocupações do presente” (CATROGA 1996, p. 40). Herculano, segundo F. Catroga, a partir da leitura das *Cartas sobre a História de Portugal*, vê o presente como um momento vazio de sentido. O passado de Portugal, redefinido e reorganizado através de seus monumentos, teria um duplo papel: uma fuga em relação ao “tumulto e ruído da sociedade atual” e um novo lugar de experiência (CATROGA 1996, p. 40). Contudo, sem que se confunda com uma atitude passadista, alerta F. Catroga, o presente, mesmo “ruidoso”, é o “instrumento crítico do passado”, e destaca dois momentos: *Monumentos Pátrios*, de 1838, e *Aristocracias hereditárias*, de 1843 (CATROGA 1996, p. 40).

Esse tempo – ou esse jogo de tempo – desenhado através dos olhos de Herculano oferecia a Porto-Alegre a crítica ao passado recente do Brasil, realçando a ruptura política e a necessidade de preencher o passado, em suas várias camadas. O tempo profundo oferecia a Porto-Alegre um manejo do passado que pudesse transpassar Portugal, indo mais e mais longe, em direção a um tempo que fosse comum a todos.

Vê-se insinuada no manuscrito *História do Brasil* uma idéia de passado que parece comprometer o futuro e promover uma fuga em relação ao presente, e Porto-Alegre não deixa de mostrar um certo desolamento, ao ver, em sua cronologia baseada em Herculano, um certo tempo a se perder. Uma espécie de refundação era necessária, já que o passado totalmente alojado em Portugal não representava em sua totalidade a origem que o autor pretendia eleger para o Brasil.

Diferentemente de alguns de seus contemporâneos, como Abreu e Lima e Caetano Lopes de Moura, que, em suas obras de cunho historiográfico estabeleceram o orgulho do Brasil em relação à sua ancestralidade portuguesa (PEREIRA DAS NEVES 2007), Porto-Alegre parecia estar povoado de dúvidas quanto ao elogio desta origem, pois o passado de Portugal, a partir de Herculano, não estimularia o patriotismo, necessário àquele momento de constituição de uma linhagem no tempo. A maior semelhança que o autor do *História do Brasil* guardava com seus contemporâneos era a defesa de d. Pedro I como herói pátrio.

Segundo Lúcia Bastos Pereira das Neves, as ideias que circulavam nas obras *Sinopses ou Dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, e *Epítome cronológico da História do Brasil*, de Caetano Lopes de Moura, são sobretudo referências elogiosas à herança portuguesa do Brasil:

De fato, para Caetano e, talvez, mais ainda para Abreu e Lima, era a *herança portuguesa* que, apesar de tudo, servia de base para a construção do novo país, o qual, por sua vez, tinha em d. Pedro I o maior herói. Caetano de Moura destacava o papel dos portugueses que não fizeram pouco, ao fundar “em uma região tão remota, uma colônia, uma colônia tão adiantada em civilização, população e riqueza”. Além disso, destacava que “a maior parte das instituições tão aperfeiçoadas”, de que hoje os brasileiros gozavam, era obra da cultura portuguesa, oriunda, sobretudo, do governo de d. João VI. Da mesma maneira, apontou que nossa independência em parte foi propiciada por esse monarca, “que sem o saber e talvez sem o querer havia de descativar-nos da escravidão colonial” (PEREIRA DAS NEVES 2007, p. 55).

Lúcia Bastos salienta ainda o papel que a tradição portuguesa tinha para Caetano de Moura: “é inegável que a língua que falamos, a religião que professamos, os usos e costumes que observamos e os próprios nomes e apelidos pelos quais nos damos a conhecer nada nos veio dos indígenas, mas sim de nossos antepassados, os portugueses” (PEREIRA DAS NEVES 2007, p. 55).

As formas de organização do passado manejadas nos escritos de cunho historiográfico no oitocentos oferecem um desenho do tempo ao qual vale a pena voltar mais uma vez, para a melhor compreensão da escrita de Porto-Alegre. Jacques Rancière, em artigo de 1996 e recentemente traduzido no Brasil (SALOMON 2011), provoca uma discussão sobre o anacronismo que interessa à interpretação da operação historiográfica de Porto-Alegre, principalmente em relação à sua escolha mais próxima a Alexandre Herculano e mais distante de seus contemporâneos no Brasil. J. Rancière decompõe o problema, indo além da sua superfície, ou seja, do “simples recuo de uma data para outra data” (RANCIÈRE 2011, p. 23). Para o autor, a discussão sobre o anacronismo concerne, em primeiro lugar, à ficção e ciência; desta diferença, os historiadores herdarão o tratamento que a poesia dá ao tempo, pois nela os regimes de verdade não se misturam, ensina a longa tradição que data da Antiguidade.<sup>4</sup> Existir, propõe Rancière, é pertencer ao tempo, ao seu próprio tempo, é compartilhar um sistema de crença. Encontra-se, então, o princípio de ancorar a história na verdade: “ela consiste em subsumir o tempo numa intriga de encadeamento necessário” (RANCIÈRE 2011, p. 28). Esse movimento da história em direção à verdade possui um desdobramento, para o autor, que é o do “tempo como princípio de imanência subsumindo todos os fenômenos numa lei de interioridade” (RANCIÈRE 2011, p. 28).

224

<sup>4</sup> Jacques Rancière no artigo intitulado “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador”, publicado em *História, verdade e tempo*, faz uma interessante análise sobre o conceito de anacronismo. O autor trata o conceito através de três interrogações: “por que, para o historiador, o anacronismo é o pecado entre todos irremissível? Segundo, que deve ser o anacronismo para ser esse pecado? Terceiro, que deve ser o historiador para dar ao anacronismo esse estatuto de pecado mortal contra seu espírito?” (RANCIÈRE 2011, p. 21) E direciona sua discussão para além: o problema da verdade, do tempo e da palavra. A história resolveria, através da técnica da literatura, questões filosóficas que concernem à verdade no discurso historiográfico. Segundo Rancière, “o anacronismo não se relaciona apenas com o simples recuo de uma data para outra data. Ele está ligado ao remontar do tempo das datas para o que não é o tempo das datas” (RANCIÈRE 2011, p. 23). O anacronismo esteve ligado a uma superposição dos tempos lendários com a “cronologia atestada” e o exemplo tratado pelo autor é o amor de Dido por Enéas, em Virgílio e: “a razão dessa aparente estranheza é simples: o anacronismo antes de definir os deveres do historiador, define os direitos da poesia ou da ficção. O erro de Virgílio não foi o de ter posto o depois (Cartago) antes (na época da Guerra de Tróia). Seu erro foi ter posto juntas duas épocas ligadas a regimes de verdade diferentes e que definem direitos diferentes para a ficção” (RANCIÈRE 2011, p. 24).

Pode-se inferir, mais uma vez, quanto à cronologia de Porto-Alegre, que a construção do Brasil deveria se encontrar com o tempo que lhe é próprio, como o programa proposto por Michelet, segundo Rancière: “o historiador é o personagem que cruza o rio dos mortos para resgatar ao mesmo tempo o passado, o não saber e a morte” (RANCIÈRE 2011, p. 44). A luta contra o esquecimento era um dos *topoi* mais importantes para a cultura histórica oitocentista, e estava presente entre as preocupações de Porto-Alegre em relação ao passado de Portugal como fundação para o Brasil. A antiga metrópole não seria o modelo ideal de passado para a recente nação, devido não só a um passado, segundo Herculano, que unia comércio e fé, mas ao tratamento que os monumentos e vestígios do passado recebiam do presente: o abandono e o esquecimento. Mas não se fala em descarte de Portugal, pois para o autor “sem um estudo sério sobre Portugal e os portugueses não é possível alcançar este fim” (PORTO-ALEGRE s/d). Este fim a que se refere Porto-Alegre é a compreensão de uma certa temporalidade do Brasil.

O passado ligado a Portugal, contudo, não era necessariamente, em Porto-Alegre, uma anacronia. A importância da análise de Rancière é a força que o tempo profundo, na segunda metade do oitocentos, proporcionava como ferramenta para o manejo da multiplicidade de tempos. Uma das questões centrais em *História do Brasil* era não opacificar a recente nação, como, de certa forma, faziam outros autores, como Abreu e Lima e Caetano Moura, aqui trazidos apenas como breves exemplos. Tomando a ideia de Rancière sobre a multiplicidade das linhas de temporalidade, pode-se pensar, nesse manuscrito, um manejo das continuidades e rupturas da história como processo. Portugal é uma dessas linhas de temporalidade na qual está também o Brasil, mas a ruptura traz uma outra, em que a antiga metrópole não pode ser vista mais como o centro, ou, nessa nova linha para a recente nação, Portugal e Brasil não partilhariam mais um mesmo tempo.

225

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Januário Da Cunha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, Vol 1, 1839.
- CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2012.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Linguagem, escrita, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: Edusc, 2004.
- DÍAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas**: um estudo sobre os *programas históricos* apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Vol. 278, janeiro-março, 1968.
- FARIA, Andréa Camila de. **O santo comércio da amizade**: política, literatura e sociabilidades na trajetória de Gonçalves Dias. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- GUIMARÃES Lucia Maria Paschoal. Debaixo de Imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, p. 459-613, jul/set, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a História**: o caso Fustel de Coulanges. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HARTOG, François. **O século XIX e a História**: o caso Fustel de Coulanges. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-29, 2004.
- LISBOA, K. M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo:HUCITEC; Fapesp, 1997.
- LIVINGSTONE, David N. **Putting Science in its place**: Geographies of Scientific Knowledge. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003.
- \_\_\_\_\_; WHITHERS, Charles W. J. (edit.). **Geography and Enlightenment**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1999.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. As ciências no século XIX: já não tão novas visões historiográficas. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de... [et. al.] (orgs). **A dinâmica do Historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 19, nº 4, out-dez., 2012, p.1155-1170.
- MEDEIROS, Bruno Franco. **Nota sobre uma tradição subterrânea**: a historiografia sobre Minas Gerais no século XIX (1854-1913). Monografia de Bacharelado em História. Universidade Federal de Ouro Preto, 2007.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. IFCS, UFRJ, 2009.

- PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PINHEIRO, Rachel. **A História da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema**. Tese (mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SMITH, Anthony D. Autenticity, antiquity and Archeology. **Nations and nationalism**, 7(4), 2001, p. 441-449.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.
- ROSSI, Paolo. **Os sinais do tempo: história da Terra e história das nações de Hooke a Vico**. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SHAPIN, Steven. **The Scientific Life: a moral history of a late modern vocation**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2008.
- SQUEFF, Letícia. **O Brasil nas letras de um pintor: Manoel de Araujo Porto-Alegre (1806-1879)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TURIN, Rodrigo. "Tipos", "primitivos", "decadentes". In: PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

*Manuscrito*

- PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. História do Brasil. Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, PLPi 59. Museu Histórico Nacional.